



**JUSTO  
ACESSO**

**TJPI**

INICIATIVA  
**Tribunal de Justiça do Estado do Piauí**



**Hilo de Almeida Sousa**  
Presidente

**Olímpio José Passos Galvão**  
Corregedor Geral da Justiça

COMPOSIÇÃO  
DOS DESEMBARGADORES 2º GRAU  
DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA  
DES. MANOEL DE SOUSA DOURADO  
DES. OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO  
DES. JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA  
DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO  
DES. FERNANDO LOPES E SILVA NETO  
DES. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO  
DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR  
DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA  
DESA. EULÁLIA MARIA PINHEIRO  
DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM  
DES. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS  
DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA  
DES. ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES  
DES. PEDRO DE ALCÂNTARA MACÊDO  
DES. RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS  
DES. JOSE WILSON FERREIRA DE ARAUJO JUNIOR  
DES. ADERSON ANTÔNIO BRITO NOGUEIRA  
DES. AGRIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO

## S E C R E T A R I A D O

|  |   |
|--|---|
| Secretário Geral   | <b>Henrique Luiz da Silva Neto</b>          |
| Secretária da Presidência  | <b>Sâmya Larissa Machado Rodrigues</b>      |
| Secretário de Assuntos Jurídicos   | <b>Rafael Rio Lima Alves de Medeiros</b>    |
| Secretário de Administração e Gestão de Pessoas  | <b>Paulo Sílvio Mourão Veras</b>            |
| Secretária Judiciária  | <b>Paula Meneses Costa</b>                  |
| Secretário de Orçamento e Finanças   | <b>Roosevelt dos Santos Figueiredo</b>      |
| Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação   | <b>Clayton Farias de Ataíde</b>             |
| Secretária de Gestão Estratégica   | <b>Lara Larissa de Araújo Lima Bonfim</b>   |
| Secretária da Corregedoria   | <b>Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro</b> |
| Superintendente de Segurança   | <b>João Castelo Mirada Castelo Branco</b>   |
| Superintendente de Gestão da Saúde e Qualidade de Vida   | <b>Pedro Leopoldino Ferreira Filho</b>      |
| Superintendente de Engenharia e Arquitetura  | <b>Otávio Nogueira Matias</b>               |
| Superintendente de Gestão de Contratos e Convênios   | <b>José Milton Neves Borges Júnior</b>      |
| Superintendente de Licitações e Contratos  | <b>Sérgio Santiago da Silva</b>             |
| Superintendente do Fundo de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Piauí - FERMOJUPI | <b>Chandra Marreiros Moreira Vasques</b>    |
| Superintendente de Controle Interno  | <b>Luiz Carlos Barboza de Paiva</b>         |
| Superintendente Administrativo da Ejud   | <b>Germana Leal de Sousa</b>                |
| Superintendente da Justiça Itinerante  | <b>Vanessa Pires Brandão Boavista</b>       |
| Superintendente da Secretaria da Corregedoria  | <b>Elias Ribeiro de Moura Junior</b>        |
| Assessor de Comunicação Social   | <b>Paula Danielle Pereira Chaves</b>        |
| Titular da Unidade de Auditoria Interna  | <b>Márcia Fernanda de Morais</b>            |



Atentos aos objetivos estabelecidos pelo plano estratégico do CNJ, que foca na prestação jurisdicional realmente eficiente lá na ponta, onde homens e mulheres veem seus direitos assegurados e a justiça sendo feita de fato, construímos um plano de gestão que possa garantir uma relação realmente respeitosa com cada cidadão e cidadã piauiense e isso só é possível com o atendimento de uma única premissa levar a Justiça aonde o povo está

**Hilo de Almeida Sousa**  
Presidente



“  
**A JUSTIÇA DO PIAUÍ  
É DE TODOS  
OS PIAUIENSES,  
DE NORTE A SUL  
DO ESTADO.**

”

**Olímpio José Passos Galvão**  
Corregedor Geral da Justiça



A essência do Programa Justo Acesso consiste no propósito de materializar de forma plena, o acesso ao judiciário aproximando a população dos serviços de justiça e cidadania no atual contexto de transformação digital pela qual vem passando o judiciário esse contexto oportuniza ao judiciário promover o acesso aos serviços de justiça e de vários órgãos da administração pública e privada à população que está distante da tecnologia tornando possível promover dignidade e inclusão social

### **Leonardo Brasileiro**

Juiz Auxiliar da Presidência | Responsável pelo programa

O Programa Justo Acesso do TJPI é uma iniciativa que contribui essencialmente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O Programa promove o acesso à justiça e à cidadania plena, garantindo o efetivo alcance desses direitos por todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou econômica. A iniciativa tem funcionamento baseado em parceria com outros entes, como órgãos públicos, instituições privadas e entidades da sociedade civil, para ampliar o alcance e a efetividade das ações, fortalecendo uma rede que assegura o exercício de direitos humanos fundamentais. O uso da tecnologia também é essencial para o sucesso do programa, tornando os serviços mais acessíveis e ágeis, ampliando seu alcance e efetividade.

### **Luiz de Moura Correia**

Juiz Auxiliar da Presidência | Responsável pelo programa

# PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ



## GRUPO DE TRABALHO

GARANTIA DOS  
DIREITOS  
FUNDAMENTAIS

JUSTIÇA E  
CIDADANIA

DIGNIDADE  
E INCLUSÃO  
SOCIAL

JURISDIÇÃO  
NO CONTEXTO  
DIGITAL

SUPERÇÃO  
DA BRECHA  
DIGITAL

# FUNDAMENTOS DA PROPOSTA



Alinhada à Estratégia Nacional Poder Judiciário. Ciclo 2021–2026 - CNJ.



Recomendação CNJ nº 130, de 22 de Junho de 2022.



Plano de Gestão do TJPI para o biênio 2023/2024. Macrodesafio da garantia dos direitos fundamentais.

# DENOMINAÇÃO DO PROJETO

Para a concepção do nome do projeto “Justo Acesso”, partiu-se das premissas estabelecidas pelo CNJ, que visam atenuar as desigualdades sociais, garantindo os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos, por meio da instalação de pontos de inclusão digital. Nesse contexto, foi concebida a denominação “Justo Acesso”, considerando-se ainda o sentido literal dos termos que compõem a expressão, do seguinte modo:

**JUSTO:** Aquilo que se encontra em conformidade com a justiça que é devido por direito ou dever aquilo que é merecido.

**ACESSO:** O sentido desse termo foi considerado sob duas perspectivas:

1. Acesso ao Poder Judiciário, que consiste no direito e garantia de ingresso ao órgão jurisdicional, para fins de pleitear tutela jurisdicional em virtude de uma violação ou ameaça a direito.
2. O judiciário acessível à população por meio do uso das tecnologias da informação e comunicação.



## O QUE É JUSTO ACESSO?

Consiste na instalação de pontos de inclusão digital nos municípios que não são sede de comarca, com o propósito de maximizar o acesso à Justiça e garantir o acesso e a inclusão de todos os cidadãos residentes no Piauí aos serviços do Judiciário e de instituições parceiras, contribuindo para a redução dos excluídos digitais.

# OBJETIVOS



Levar o Judiciário a lugares de difícil acesso



Ofertar serviços de instituições parceiras



Garantir a prestação de serviços de todo o Sistema de Justiça e de outros órgãos da administração pública



Estreitar o relacionamento entre o Judiciário e a população

## SITUAÇÃO ATUAL



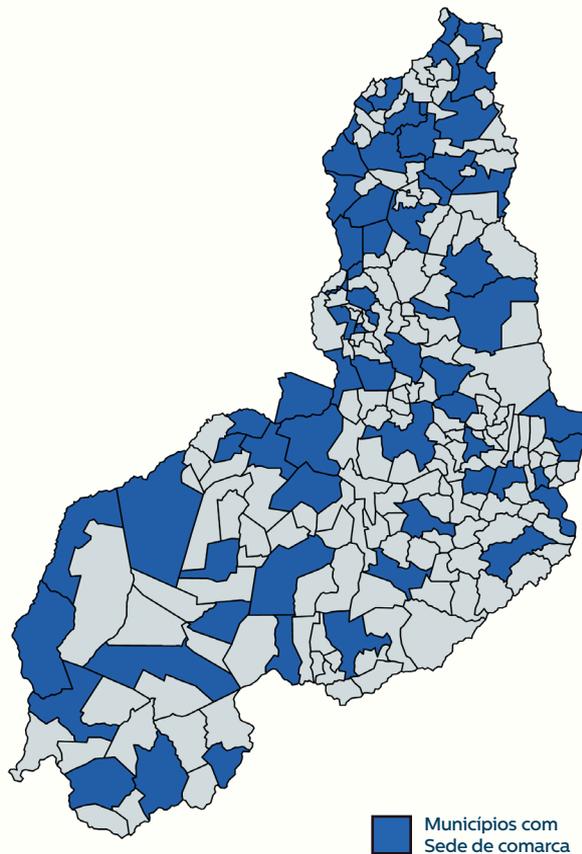
224 municípios - cerca de 3.289.290 habitantes em 2021, segundo o IBGE



61 sedes de comarca dificuldade de atendimento às cidades que não são sede de comarca



163 municípios sem fórum



# OPERACIONALIZAÇÃO TERMOS DE COOPERAÇÃO

- Governo do Estado
- Secretarias Estaduais
  - Sec. de Segurança
  - Sec. de Administração
  - Sec. Est. Inclusão de Pessoas com Deficiência
- Prefeituras Municipais

- Ministério Público
- Defensoria Pública
- Ordem dos Advogados (OAB)

- Tribunal Regional Eleitoral
- Tribunal Regional do Trabalho
- Tribunal Regional Federal

- INSS
- Receita Federal
- Sistema S
- Superintendência Regional do Trabalho

# ATRIBUIÇÕES

## Tribunal de Justiça:

- Estrutura física (nos Postos Avançados)
- Despesas com manutenção Prédial (nos Postos Avançados)
- Internet (em todos os Pontos)

## Estado do Piauí:

- Serviços (através do Espaço da Cidadania)
- Estrutura física (nas demais cidades)
- Despesas de manutenção Prédial (nos prédios disponibilizados)

## Municípios:

- Cessão de colaboradores
- Serviços de segurança e limpeza nos Pontos Justo Acesso.

## Demais Parceiros:

- Serviços (através do Portal Justo Acesso e por meio dos pontos físicos)
- Capacitação dos colaboradores

# ESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO



Estrutura física sede do ponto digital (recepção, sala de audiência, sala de atendimento, copa e banheiro)



Colaboradores responsáveis pela manutenção e apoio no atendimento



Computadores, impressoras scanner, câmeras 360

# BENEFÍCIOS



Baixo custo de manutenção



Capilarização dos serviços do Sistema de Justiça



Centralização dos serviços do TJPI, TRT, TRF e de outros órgãos e instituições



Promoção da cidadania plena, nos municípios menos favorecidos

# SERVIÇOS JUSTO ACESSO



Atendimento ao jurisdicionado, por meio do Balcão Virtual ou outro meio equivalente, independente da origem do processo



Oitivas de partes, testemunhas e outros colaboradores da justiça, por sistema de videoconferência, independente da origem do processo



Audiências de conciliação por sistema de videoconferência, independente da origem do processo



Acesso aos serviços da superintendência regional do trabalho



Acesso a serviços do INSS, Detran e Receita Federal



Serviços das serventias extrajudiciais (requerimento virtual de documentos, via SEI; agendamento de data para atendimento e recebimento de documentos nos cartórios)



Emissão de documentos: certidões negativas, título eleitoral, CPF, cartão do SUS e CTPS



Registro de boletim de ocorrência



Oitiva do investigado, vítimas e testemunhas, nos inquéritos policiais, por videoconferência



Apresentação da pessoa presa à autoridade policial para a lavratura do auto de prisão em flagrante, com oitiva do autuado, de condutores, vítimas, e testemunhas, por videoconferência



Requerimento de medidas protetivas de urgência à autoridade policial, por videoconferência



Noticiar o descumprimento de Medida Protetiva

# LINHA DO TEMPO JUSTO ACESSO



13 de janeiro  
de 2023

Reunião  
com o Tribunal  
Regional  
Eleitoral do  
Piauí

Reunião com  
Prefeitura  
Municipal de  
Palmeirais-PI

7 de fevereiro  
de 2023



10 de março  
de 2023

Audiência  
Pública sobre  
o Justo Acesso  
na Cidade de  
Palmeirais-PI



Reunião com  
a Secretaria de  
Estado da  
Administração  
e Previdência -  
SEAD

17 de março  
de 2023



5 de abril  
de 2023

Reunião com  
a Secretaria de  
Estado para  
Inclusão da Pessoa  
com Deficiência  
- SEID



Reunião com a Defensoria Pública do Estado do Piauí

17 de abril de 2023

Reunião com o Ministério Público do Estado do Piauí

19 de abril de 2023

Reunião com a OAB

15 de maio de 2023

Reunião com o INSS

13 de abril de 2023

Reunião com a Piauí Conectado S.A

17 de abril de 2023

Reunião com o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região

27 de abril de 2023

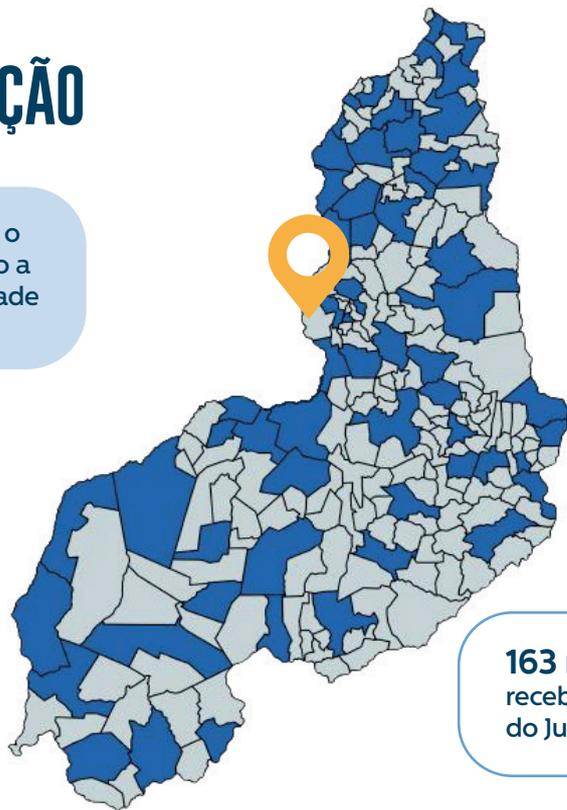
Reunião com o governador Rafael Fonteles

17 de maio de 2023



# IMPLANTAÇÃO

Palmeirais-PI será o primeiro município a receber uma unidade do Justo Acesso



**163 municípios**  
receberão unidades  
do Justo Acesso



Tribunal de Justiça do Estado do Piauí



ESPAÇO DA  
CIDADANIA

SECRETARIA  
DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

